

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. – CELESC, REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2006, NA SEDE SOCIAL DA COMPANHIA.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e seis, na sede social da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, na Avenida Itamarati, 160, Itacorubi, nesta Capital, com início às dez horas, realizou-se reunião extraordinária do Conselho de Administração da Companhia, por convocação, na forma do disposto no parágrafo 5º, do artigo 22, do Estatuto Social, com a presença de seus membros: Glauco José Côrte – Presidente do Conselho de Administração, Adélcio Machado dos Santos – Secretário do Conselho de Administração, Miguel Ximenes de Melo Filho, Ivo Carminati, Ricardo Moritz, João Fernandes Moraes, Içuriti Pereira da Silva, Alaor Francisco Tissot, Herbert Steinberg, Arno Veiga Cugnier, Adermo Francisco Crispim e Francisco Teixeira Nobre, que assinam a presente ata, registrando-se, também, a participação dos Diretores Gerson Pedro Berti e Octávio Acácio Rosa e de Assessores da Companhia. A ausência do conselheiro Wadico Bucchi foi justificada. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho, Sr. Glauco José Côrte, que cumprimentou todos os presentes para, em seguida, passar à deliberação da seguinte Ordem do Dia: 1. Contratação de consultoria para avaliação da participação do Estado na SC Gás. 2: Se aprovado o primeiro item da pauta, autorização para a Diretoria Executiva da Companhia: a) iniciar negociações com o Estado de Santa Catarina, visando adquirir a sua participação acionária na SC Gás; e b) captar recursos no mercado de capitais para o financiamento dessa aquisição. 3: Orientação de voto para que o representante da Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – Celesc em Assembléia Geral Extraordinária de sua subsidiária Celesc Distribuição S/A autorize a Diretoria Executiva a adquirir, com vantagens financeiras e na medida das suas disponibilidades de caixa, créditos de ICMS passíveis de transferência, após a homologação da Secretaria de Estado da Fazenda. *Inicialmente com a palavra, o Presidente do Conselho, Sr. Glauco José Corte, cumprimentando os presentes, comunicou a presença do Secretário de Estado de Coordenação e Articulação, Sr. Ivo Carminati, empossado no cargo de membro do Conselho de Administração no último dia 13 e do Diretor da SCGÁS, Sr. Walter Fernando Piazza Júnior. Informou, também, que os assuntos da pauta seriam relatados pelos Srs. Ivo Carminati e Gerson Pedro Berti. Ato contínuo passou a palavra ao Conselheiro Ivo Carminati, o qual registrou o interesse do Governo do Estado, acionista majoritário, em transferir o controle acionário da SCGÁS para a Celesc S.A. (Holding), passo necessário para a consolidação da matriz energética do Estado. Com a palavra, o Diretor Econômico – Financeiro e de Relações com Investidores, Gerson Berti, explicou que, concretizada a aquisição, a SCGÁS ficaria vinculada à Celesc Holding, o que será possível posto que já foi praticamente efetivada a reorganização da Companhia, decorrente do processo de desverticalização societária, com a criação das Empresas de Geração e de Distribuição. Quanto ao valor da Empresa SCGÁS, informou que o Estado já dispõe de uma avaliação feita, pelo BADESC, ressaltando, no entanto, que a Celesc deveria promover a sua própria avaliação, através de uma consultora especializada. O Sr. Presidente, então, passou a palavra ao Diretor da SCGÁS, Walter Fernando Piazza Júnior, que fez uma apresentação da Empresa, destacando que as suas atividades operacionais iniciaram no ano de 2000 e que a Companhia já possui uma rede de distribuição que coloca o estado de Santa Catarina em terceiro lugar em extensão de rede de gás natural no Brasil. Da mesma forma, destacou o seu faturamento, que entre os anos de*

2002 e 2006 mais que dobrou, passando de R\$166 milhões para R\$431 milhões, correspondente a um aumento de 82% no volume médio anual distribuído. O Diretor ressaltou as boas perspectivas de investimento, decorrente de um mercado promissor, que tem como foco principal o parque industrial de Santa Catarina, o que possibilita também um potencial de oportunidades muito grande, principalmente quando se vislumbra outras fontes de fornecimento, como por exemplo, o gás natural liquefeito. O mercado é demandante, com previsão para 2008 e 2009 de aumento de participação no mercado residencial, proporcionando um grande aumento na rentabilidade, considerando que nas cidades de Joinville, Blumenau, Florianópolis e Criciúma já há redes de distribuição instaladas, também presentes em 36 municípios. A previsão de faturamento para 2007 é da ordem de R\$500 milhões, para uma venda média diária de 1,6 milhões de metros cúbicos. Atualmente o lucro operacional da companhia é da ordem de R\$50/60 milhões/ano, com preços de venda abaixo da margem média máxima de concessão. O Diretor complementou dizendo que a Companhia deve investir em média 30 a 40 milhões de reais ao ano para garantir o crescimento da companhia e aumentar a penetração do gás natural na matriz de Santa Catarina. Informou que também há interessados em geração elétrica através da utilização de gás natural liquefeito. Em resposta a uma questão levantada pelo Conselheiro Herbert Steinberg, o Diretor respondeu que a postergação de investimentos em sistema de transporte e fontes de suprimento por mais de um ano teria conseqüências a partir de 2010, sobretudo em termos de restrição ao crescimento nas regiões do Planalto, Oeste e Meio Oeste catarinenses. Sob a ótica interna de gestão, é necessária a capacitação urgente de pessoal de ponta nas áreas comercial e técnica, para atuação no mercado de varejo comercial e residencial, completou o Diretor. Com a palavra, o Conselheiro Arno Cugnier declarou que devido à exigüidade com que o assunto foi agendado teria dificuldade em votar, mesmo assim considerou que, apesar do preço do gás para a geração de energia elétrica se encontrar num patamar mais alto do que a geração a carvão, vê como uma estratégia muito boa esse tipo de investimento, pois a Celesc só possui geração hidráulica, restando esclarecer a forma de captação dos recursos para aquisição das ações da Companhia, para fundamentar a decisão. Perguntado sobre a composição acionária da Companhia, o Diretor Piazza respondeu que o Estado de Santa Catarina possui 17% do total das ações, sendo 51% das ordinárias; a PETROBRÁS-GASPETRO – 41% do total, sendo 50% das preferenciais e 23% das ordinárias; a MITSUI – 41% do total, sendo 50% das preferenciais e 23% das ordinárias; e a INFRAGÁS – 1% do total e 3% das ordinárias. Com a palavra, o Conselheiro João Moraes acrescentou ser necessário aguardar o laudo de avaliação da consultora a ser contratada e perguntou se os recebíveis já foram dados como garantia. Com a palavra o Diretor Gerson Berti respondeu que os recebíveis – juros sobre o capital próprio e dividendos - são da Holding. Ainda com a palavra, o Conselheiro João Moraes perguntou ao Diretor da SCGÁS como estavam os contratos "take or pay", ou seja, de quantidades diárias garantidas. O Diretor respondeu que a Companhia possui contrato de suprimento com a Petrobrás – Gaspetro, que garante uma oferta da ordem de dois milhões de metros cúbicos por dia, para uma retirada diária atual de 1,5 milhão médio. Contudo, esclareceu que a SCGÁS está negociando junto à Petrobrás a dispensa do pagamento dessas quantidades garantidas e não retiradas, do que resultará a dispensa das obrigações passadas, a partir da assinatura do correspondente aditivo. O Conselheiro Ricardo Moritz indagou se adversidades como a ao que o Diretor informou que foram considerados 10% na restrição de oferta. Prosseguindo, o Conselheiro destacou a visão do governo de buscar outra matriz energética e que sob a ótica do mercado atual seria um grande incremento para o futuro e manifestou-se pela aprovação da matéria, aguardando os resultados da avaliação e de um plano de negócios para a próxima reunião do Conselho. Com a palavra, o Presidente do Conselho, Glauco José Côrte, comentou que se o País crescer 5% ao ano poderemos ter uma crise energética, condição que transforma o gás em

alternativa valiosa. Assim examinado e debatido o assunto, o Conselho (I) autorizou a Diretoria Executiva a (i) iniciar negociações com o com o Estado de Santa Catarina, visando adquirir a sua participação acionária na SC Gás S/A e (ii) a iniciar negociações visando a captar recursos no mercado de capitais para o financiamento dessa aquisição até o limite de R\$100 milhões; e (II) aprovou a contratação de consultora para avaliação do valor da participação do Estado na SC Gás S/A, respeitadas pela Diretoria Executiva as normas que regem a matéria. Passando ao item seguinte da Ordem do Dia, com a palavra, o Diretor Econômico – Financeiro e de Relações com Investidores informou ao Conselho sobre os créditos de ICMS homologados pela Secretaria da Fazenda Estadual que podem ser adquiridos pela Empresa, a partir de um deságio estimado entre 2% a 3%, propiciando uma inegável vantagem financeira. O Diretor, considerando a possibilidade de o montante desses créditos ultrapassarem o valor de 1/10 do capital social, situando-se acima da alçada de competência da Diretoria, conforme previsto no Artigo 11 do Estatuto Social da Celesc Distribuição. Solicitou, então, autorização ao Conselho para realizar essas operações. Após as considerações e esclarecimentos suscitados, submetida à votação foi aprovada a orientação de voto para que o representante da Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – Celesc vote favoravelmente, em Assembléia Geral Extraordinária da subsidiária Celesc Distribuição S/A, à concessão de autorização à Diretoria Executiva para adquirir, com vantagens financeiras e na medida das suas disponibilidades de caixa, créditos de ICMS passíveis de transferência, após a homologação da Secretaria de Estado da Fazenda, até o patamar de no máximo R\$80 milhões, equivalente a um recolhimento mensal. Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, com a lavratura da presente ata, que foi lida e aprovada, sendo assinada por todos os Conselheiros presentes, devidamente processada por meio eletrônico e transcrita no Livro de Atas nº 06, às fls. 65 a 67. Florianópolis, 27 de novembro de 2006.

Adélcio Machado dos Santos
Secretário
OAB/SC – 4912
CPF – 533181619-34

Glauco José Côrte
Presidente do Conselho de Administração
OAB – 752
CPF – 003467999-53